

A DISTÂNCIA NÃO NOS LIMITA



**Mesmo com conjuntura adversa,
categoria mantém todos os
direitos previstos na CCT**

Índice

3. Unidade garante vitória
4. Tempos Difíceis
6. Comando Nacional dá a linha da Campanha
8. Preparação da Campanha
9. Pesquisa sobre Teletrabalho
10. As reivindicações da categoria
12. Estratégia de pressão e mobilização
14. Teletrabalho
15. Saúde e condições de trabalho
16. Igualdade de oportunidades
17. Resposta da Fenaban
18. Reação da categoria
19. Fenaban recua
20. Resultado das negociações
22. Bancos públicos
23. Todos ganham
24. A força da unidade



Unidade garante a vitória!



Pela primeira vez, a categoria bancária fez uma campanha salarial em meio a uma pandemia, agravada pela crise econômica que já exista desde, pelo menos, 2019. Tivemos que fazer nossa campanha contra o governo de extrema direita de Bolsonaro, que acentuou os ataques aos direitos trabalhistas.

Essa combinação de fatores é prejudicial à população, em especial à classe trabalhadora, que sofre com o desemprego, e com a perda de direitos. Foi nesse momento que nós, bancári@s, entramos na Campanha Nacional, para negociar com os bancos públicos e privados a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Saímos da campanha sem perder os direitos conquistados ao longo dos anos e com reajuste nos salários e na Participação nos Lucros e Resultados (PLR).

Nossa organização nacional em mesa única de negociações, com bancos públicos e privados, foi fundamental para obtermos essa conquista, mesmo com a atual conjuntura, de retirada de direitos.

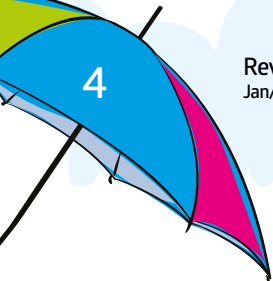
Conseguimos recompor os salários de bancários e bancárias que recebem até R\$ 15 mil, isto é, para cerca de 80% da categoria. E também agregamos ao acordo uma cláusula para a criação de um canal de apoio às bancárias vítimas de violência doméstica. Foi um ganho importante nessa campanha.

Fizemos uma campanha muito forte nas redes sociais. Também conseguimos fazer uma boa consulta à categoria sobre as prioridades para a campanha, com 30 mil participantes. Cerca de 120 mil bancári@s participaram das decisões da campanha.

Ao final, conseguimos negociar uma CCT que coloca em torno de R\$ 8 bilhões para circular na economia. Isso é importante para superar a crise econômica, pois permite que @s bancári@s reformem suas casas, comprem móveis, enfim, consumam e façam o dinheiro circular, o que é fundamental para recuperar a economia. Mas, acima de tudo, foi a unidade da categoria que garantiu essa conquista importante.

Juvandia Moreira
*Presidenta da Confederação Nacional dos
Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e
coordenadora do Comando Nacional dos Bancários*





Tempos difíceis

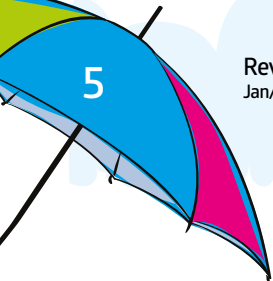
A conjuntura não se mostrava favorável aos trabalhadores no início de 2020. Na verdade, os ataques vinham desde o golpe de 2016, com o governo Temer aplicando a reforma trabalhista e aprovando o teto de investimentos do governo em diversas políticas sociais. O governo Bolsonaro deu continuidade aos ataques aos direitos e conquistas da classe trabalhadora e à política que gera recessão e desemprego.

Por isso, na Campanha Nacional dos Bancários, a manutenção dos empregos era uma das principais bandeiras.

Um dos ataques do pós-golpe de 2016 mantido por Bolsonaro foi o fim da ultratividade, que garantia os direitos previstos nas convenções coletivas de trabalho, mesmo após o fim de sua vigência, até que uma nova fosse negociada. Com isso, a categoria corria o risco de perder direitos históricos caso a CCT da categoria não fosse renovada até 31 de agosto.

Além disso, o governo Bolsonaro, por meio de seu ministro da Economia, colocou em prática a política de privatizações. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal estavam na mira, sofreram diversos ataques e continuam em risco.





A situação se agravou com as propostas de reforma da Previdência e uma série de Medidas Provisórias editadas pelo governo Bolsonaro, além dos inúmeros “jabutis” que a elas foram inseridos por deputados e senadores que defendem interesses empresariais, que colocavam em risco a jornada de seis horas e o descanso semanal remunerado aos sábados dos bancários. A luta contra a retirada de direitos precisou ser constante.

A chegada da pandemia do novo coronavírus afetou ainda mais a já cambaleante economia no Brasil; isolou as pessoas; e aumentou o desemprego, que já era alto. A primeira ação do governo foi socorrer o sistema financeiro. Mas os bancos privados

pouco fizeram para facilitar o crédito para as pequenas e micro empresas, responsáveis por 54% dos empregos do país.

E as centrais sindicais e partidos de oposição entraram em cena e pressionaram o Congresso a ampliar o auxílio emergencial de R\$ 200 (como queria Bolsonaro) para três parcelas de R\$ 600.

E a luta continua! Pois o governo, mesmo com uma política de recessão, não consegue controlar a inflação e nem fazer o país retomar o rumo do desenvolvimento. Além de continuar cortando políticas sociais e atacando a classe trabalhadora e toda a população que vive excluída, à margem da sociedade.

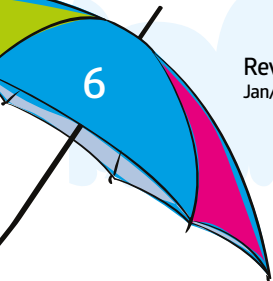
**ÀS 13H
HOJE
TEM TUITAÇO**

**#
Bancos
Exploram**

CAMPANHA NACIONAL
D@S BANCÁRI@S • 2020

CONTRAF

FEDERAÇÕES
E SINDICATOS



Comando Nacional dá a linha da campanha

Diante de uma conjuntura tão adversa e com tantos riscos aos direitos da categoria, o Comando Nacional dos Bancários, coordenado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, definiu uma estratégia de mobilização e ação que respeitasse o isolamento social, devido à pandemia causada pelo novo coronavírus, e, ao mesmo tempo, fosse capaz de pressionar os bancos a atenderem as reivindicações da categoria. Acostumados a atuar presencialmente nas agências e departamentos bancários, o movimento sindical precisou se reinventar.

Reuniões, assembleias, conferências e até as manifestações precisaram ser virtuais. As redes sociais serviram como ferramenta de mobilização e de atuação, de pressão. Projeções de imagens em prédios e espaços públicos e carreatas complementaram as ações nas redes sociais e levaram a Campanha Nacional dos Bancários também para “as ruas”. Videoconferências foram usadas para a organização e negociação com os bancos. A participação da categoria se deu por votação eletrônica pela internet. Na aprovação da proposta final da CCT, cerca de 120 mil bancários e bancárias de todo o país votaram nas assembleias virtuais.

**VOCÊ
SABE COMO E
O QUE PRECISA
PARA FAZER
PROJEÇÃO
EM PRÉDIOS?**



**COMPARTILHE
#SANTANDER
RESPEITE O
BRASIL**

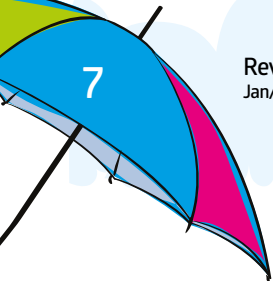
**FAÇA VALER
SEU DIREITO
DE SER OUVIDO!**



#FECHACOMAGENTE

Militância virtual é fundamental para o sucesso da Campanha Nacional dos Bancários





Quem é o Comandante?

Coordenado pela Contraf-CUT e pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, o Comando Nacional dos Bancários é composto por sindicatos de bancários das capitais de estado, além de Campinas e do ABC Paulista, por 10 federações sindicais da categoria e pelos representantes dos quatro maiores bancos públicos federais do país (Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil e Caixa Econômica Federal). Diferentes correntes políticas que atuam no movimento sindical compõem o Comando Nacional dos Bancários. Juntas, estas forças representam aproximadamente 95% dos cerca de 450 mil bancários do país.

Entidade	Representante
Confederação Nacional	
CONTRAF	Juvandia Moreira
Sindicatos	
Seeb ABC	Belmiro Aparecido Moreira
Seeb Acre	Eudo Raffael Lima da Silva
Seeb Alagoas	Marcio dos Anjos Silva
Seeb Amapá	Samuel Bastos
Seeb Bahia	Augusto Sergio Vasconcelos de Oliveira
Seeb Belo Horizonte	Ramon Peres
Seeb Brasília	Kleyton Guimarães Morais
Seeb Campinas	Ana Stela Alves de Lima
Seeb Campo Grande	Neide Rodrigues
Seeb Ceará	José Eduardo Marinho Rodrigues
Seeb Curitiba	Antonio Luiz Fermino
Seeb Espírito Santo	Carlos Pereira Araújo
Seeb Florianópolis	Cleberon Pacheco Eichholz
Seeb Mato Grosso	Clodoaldo Barbosa
Seeb Pará	Tatiana Oliveira
Seeb Paraíba	Lindonjhonson Almeida de Araújo
Seeb Pernambuco	Suzineide Rodrigues
Seeb Piauí	Odaly Bezerra Medeiros
Seeb Porto Alegre	Luciano Fetzner
Seeb Rio de Janeiro	Adriana da Silva Nalesso
Seeb Rondônia	José Pinheiro Oliveira
Seeb Roraima	Adauto Andrade Martins
Seeb São Paulo	Ivone Maria da Silva
Seeb Sergipe	Ivania Pereira da Silva
Federações	
Feeb BA/SE	Hermelino Meira Neto
Feeb SP/MS	Jeferson Rubens Boava
Fetec CN	Cleiton Santos
Fetec PR	Deonísio Venceslau Schmidt
Fetec SP	Aline Molina
Fetrafi RJ/ES	Nilton Damião Esperança
Fetrafi MG	Magaly Fagundes Lucas
Fetrafi NE	Carlos Eduardo Bezerra Marques
Fetrafi RS	Juberlei Baes Bachelos
Fetrafi SC	Jacir Antonio Zimmer
Comissões de Bancos Públicos	
CE BASA	Sergio Trindade
CE BB	João Luiz Fukunaga
CNF BNB	Tomas de Aquino
CEE CAIXA	Fabiana Uehara Proscholdt



Preparação da Campanha

Como acontece todos os anos, sindicatos de bancários de todo o país, com o auxílio do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e do Comando Nacional dos Bancários, realizaram uma Consulta Nacional às suas bases para levantar as propostas de reivindicações e prioridades da categoria. A diferença deste ano foi que a Consulta foi feita e respondida de maneira eletrônica.

Estas propostas, somadas a outras trazidas pelos sindicatos de todo o país a partir de demandas de bancários de suas bases, foram debatidas e apuradas em conferências estaduais e regionais e nos congressos e encontros específicos dos empregados de bancos públicos e privados, realizados de forma virtual, para se evitar as aglomerações e a propagação da Covid-19.

A partir destes encontros e conferências foi sintetizada a minuta de reivindicações da categoria, que foi aprovada na 22ª Conferência Nacional dos Bancários, com a participação, por videoconferência, de 635 delegados de todo o país.



Prioridades da Campanha

79,9%
dos bancários escolheram a
manutenção dos direitos como
prioridade

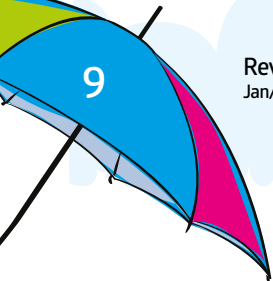
71%
queriam que a campanha priorizasse o
aumento real

69,1%
queriam que a prioridade fosse a defesa
da saúde e melhores condições de
trabalho

21,7%
elegeram a defesa do emprego como
prioridade

92,7%
pediram que a campanha defendesse
os bancos públicos e lutasse contra a
privatização

96%
acreditam que o financiamento das
lutas para manutenção dos direitos e
novas conquistas é responsabilidade de
todos os bancários



Pesquisa sobre teletrabalho

Além da Consulta Nacional, neste ano o Dieese realizou uma pesquisa com os bancários que, devido à pandemia de Covid-19, passaram a cumprir sua jornada em teletrabalho. O objetivo era saber em quais condições os bancários estavam realizando suas funções. Além disso, se buscou apurar, entre outras coisas, se os custos domésticos haviam aumentado em virtude do trabalho ser realizado em casa. Os resultados foram fundamentais para o êxito das negociações e a manutenção dos direitos da categoria.

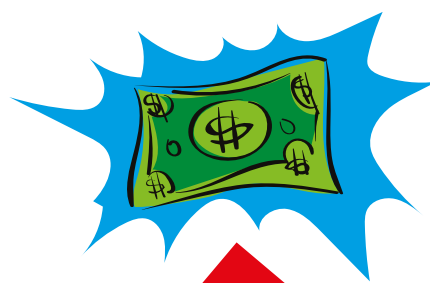


As reivindicações da categoria

A minuta de reivindicações da categoria bancária possui 130 artigos, que tratam desde questões de remuneração até insalubridade e a segurança dos funcionários e clientes. É uma pauta extensa e bastante completa que tratam das diversas demandas dos trabalhadores. Para se ter uma ideia da extensão desta pauta, basta comparar a minuta com o Acordo Coletivo de Trabalho da categoria, que neste ano foi assinado com 70 artigos. Ou seja, apenas 54% dos 130 contidos na pauta entregue aos banqueiros no dia 7 de agosto.

Os artigos 1º a 16 tratam da remuneração fixa direta; do 17 ao 31 da remuneração fixa indireta; do 32 ao 34 da remuneração variável; e do 35 ao 38 da remuneração eventual.

As questões referentes ao emprego são tratadas nos artigos 39 a 66; de igualdade de oportunidades e de tratamento dos artigos 67 a 74; saúde e condições de trabalho do 75 ao 114; liberdade sindical entre aos artigos 115 a 124; e as disposições gerais, como a abrangência e extensão do acordo, planos de previdência complementar, termos aditivos e vigência, do 125 ao 130.





É uma pauta construída ao longo da história da organização nacional da categoria, desde os anos 1990, e renovada a cada ano por meio das Consultas Nacionais à categoria e dos congressos, conferências e encontros estaduais, regionais e nacionais, além dos específicos de bancos públicos e privados.

Neste ano, em virtude da pandemia de Covid-19, o enfoque foi para a garantia da vida e da saúde dos trabalhadores, clientes e da população de uma forma geral. Além da manutenção do emprego e da regulamentação do teletrabalho, com garantia de condições de trabalho e pagamento de ajuda de custo para os trabalhadores que tiveram que ser deslocados para trabalhar de suas casas.

Mas, questões como a manutenção da política de aumento real dos salários e demais cláusulas econômicas e a defesa das negociações em mesa única, com bancos públicos e privados, não perderam a importância, nem deixaram de ser prioridade.

Estratégia de pressão e mobilização

Com cerca de 300 mil bancários (2/3 da categoria) trabalhando de suas casas e a orientação de se evitar qualquer tipo de atividade que gerasse aglomerações, o Comando Nacional, a Contraf-CUT e todas as demais entidades sindicais tiveram que reinventar. Acostumados ao corpo-a-corpo com a categoria em suas bases, os sindicatos tiveram que ocupar as redes sociais e ampliar as formas de atuação à distância.

“A Contraf-CUT e federações já tinham suas redes sociais, mas muitos sindicatos tiveram que criá-las. Mas, mesmo para quem já tinha

suas plataformas de comunicação digital, foi uma novidade ter que realizar toda a campanha à distância”, disse o secretário de Comunicação da Contraf-CUT, Gerson Carlos Pereira.

“Já vínhamos nos preparando desde o início da pandemia. Mesmo assim, apanhamos muito no começo. Foi um aprendizado. No decorrer da campanha ampliamos nossa atuação e melhoramos nosso desempenho. Agora, mesmo após o fim do tsunami causado pela Covid-19, é uma coisa que vai se somar à nossa atuação presencial junto às bases”, completou.





Veja o desempenho da Contraf-CUT nas redes sociais de 16 de Julho a 31 de Agosto



3.743

novos seguidores

2 milhões

Pessoas alcançadas



2.603

novos seguidores

950 mil

visualizações



1.080

novos seguidores

233 mil

visualizações



1.334

novos seguidores

158 mil

visualizações

Teletrabalho

A questão do teletrabalho foi o primeiro ponto a ser negociado pelo Comando Nacional dos Bancários com a Fenaban. O Comando já havia negociado um acordo inicial com os bancos no início da pandemia, para garantir condições mínimas de segurança para que a categoria trabalhasse em suas casas, sem a perda de direitos ou de remuneração.

Cerca de 300 mil bancários chegaram a trabalhar em casa. Os bancos também assumiram o compromisso de não realizar demissões durante a pandemia, acordo descumprido posteriormente por algumas instituições.

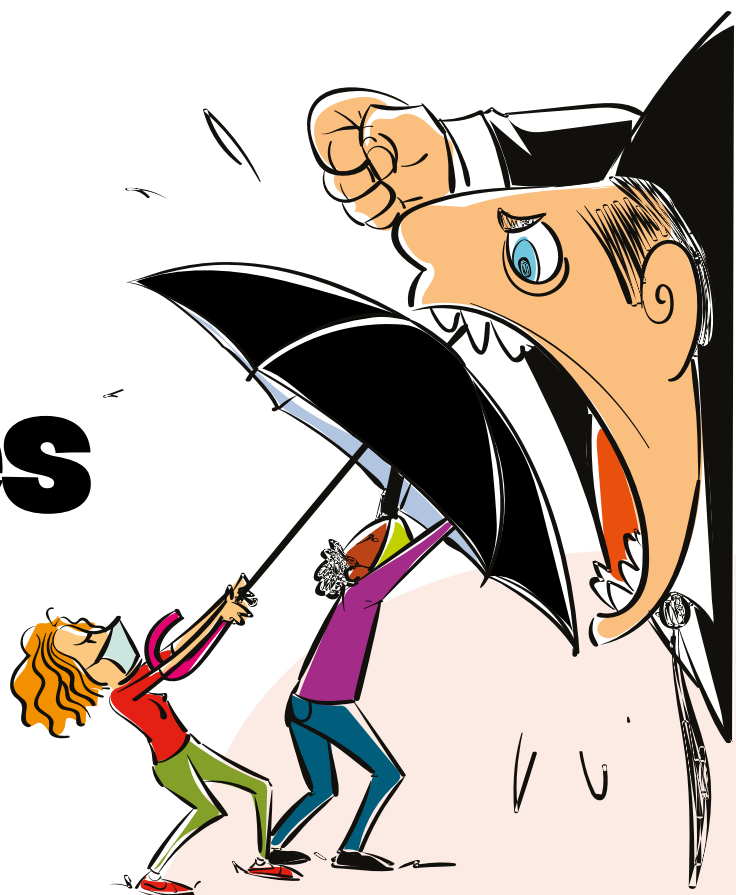
Os representantes da Fenaban disseram que não havia consenso entre os bancos sobre o tema, o que impossibilitava uma negociação. O tema foi tratado em acordos específicos, com negociações em cada banco.



Reivindicações:

- › Controle e cumprimento da jornada
- › Respeito ao direito de desconexão (refeições, intervalos regulares, finais de semana etc.)
- › Móveis que preservam a saúde
- › Pagamento da ajuda de custo para cobrir despesas com luz elétrica, internet, gás etc.

Saúde e condições de trabalho



A negociação sobre saúde e condições de trabalho teve por base a Consulta Nacional feita este ano com cerca de 30 mil bancários.

A questão da defesa da saúde no trabalho apareceu em diferentes perguntas. Os consultados apontaram quantos impactos quiseram.

54,1%

Mais da metade dos entrevistados disse ter cansaço e fadiga constante.

51,6%

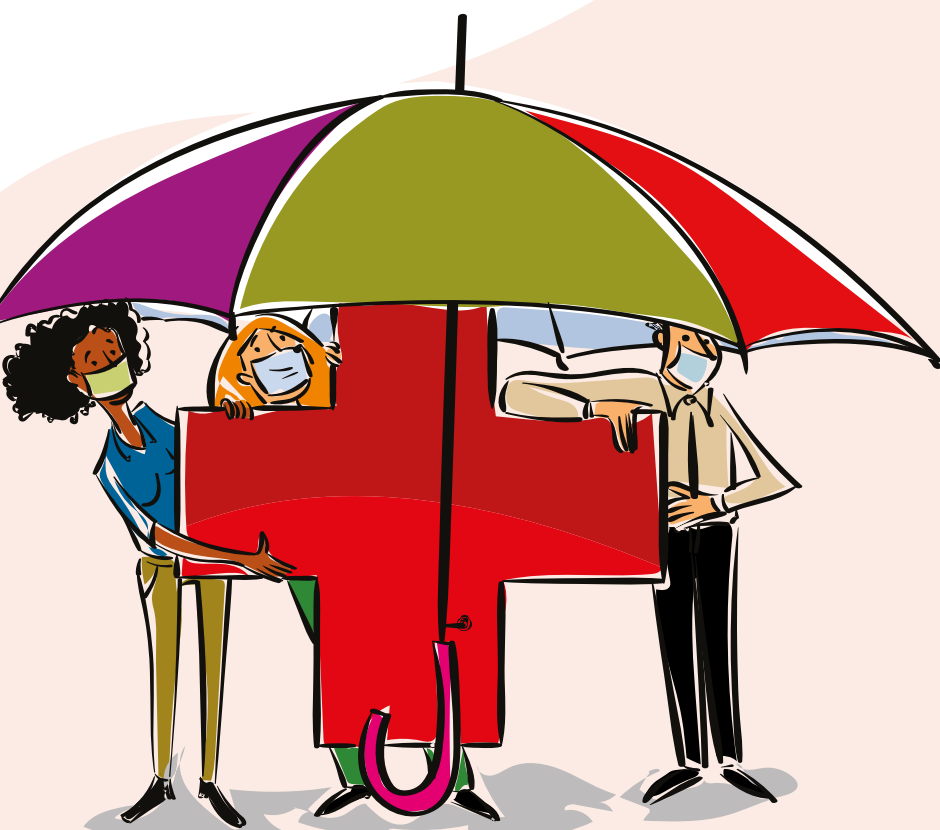
Disseram ter crise de ansiedade.

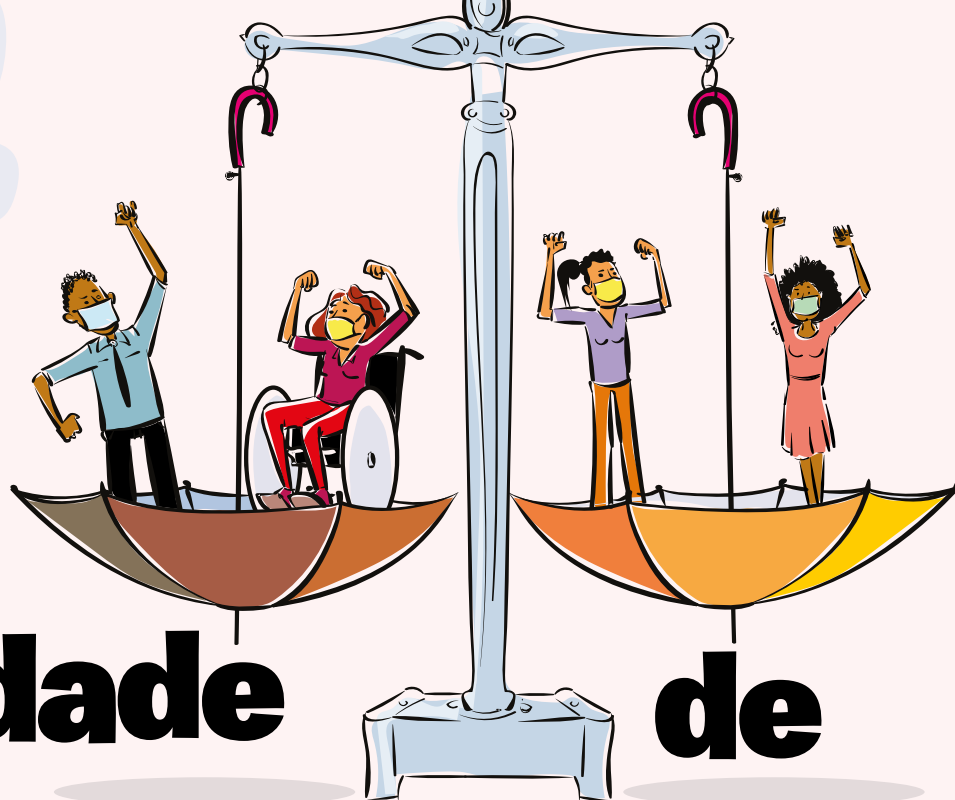
42,3%

Convivem com a desmotivação e a falta de vontade de trabalhar.

39,3%

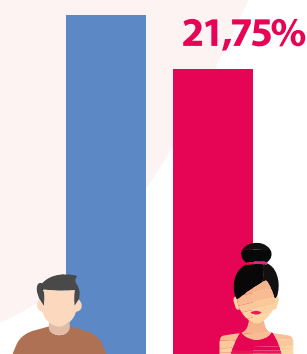
Disseram ter dificuldade para dormir, mesmo aos finais de semana.



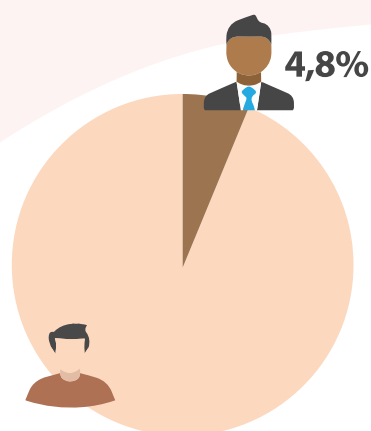


Igualdade de oportunidades

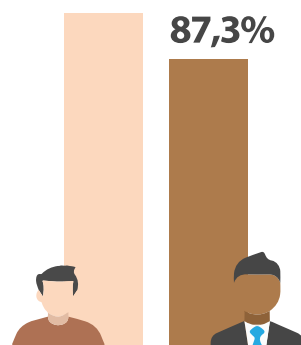
A categoria conseguiu conquistas importantes em lutas por igualdade, entre elas a realização do Censo da Diversidade, que teve três edições, em 2009, 2014 e 2019. Esses censos expuseram a desigualdade nos bancos. Entre os grupos mais discriminados estão mulheres, negros, homossexuais e pessoas com deficiência (PCDs). O Comando Nacional defendeu o fim da discriminação e a igualdade de oportunidades no ambiente de trabalho.



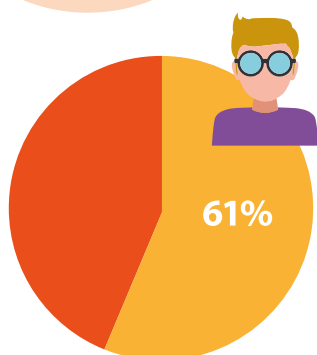
Essa é a porcentagem que as mulheres bancárias ganham a menos do que seus colegas homens.



Essa é a porcentagem de negros em cargos de diretoria nas instituições bancárias, mesmo sendo maioria na população brasileira.



É essa a remuneração média dos bancários negros na comparação com o que é pago aos brancos.



Os profissionais LGBTQIA+ não assumem sua orientação sexual ou a identidade de gênero, segundo pesquisa da própria Federação Brasileira dos Bancos (Febraban).

Respostas da Fenaban

Apresentadas as reivindicações da categoria, a Fenaban apresentou propostas com retirada de direitos e perdas de conquistas dos bancários. Ofereceram reajuste salarial zero, sem aumento real e sem correção da inflação. Também propunham reduzir a PLR em até 48% e a gratificação de função de 55% para 50% do salário.

Inspirados na postura do governo Bolsonaro, de ataques aos direitos

dos trabalhadores, os representantes dos bancos também defendiam o fim da 13ª cesta.

De acordo com cálculos do Dieese, com as propostas iniciais da Fenaban, o salário médio do bancário teria uma perda anual de R\$ 13.282,57, levando-se em conta as reduções da gratificação de função, da PLR e a perda da 13ª cesta. Só o reajuste zero, já representaria uma perda de 2,65% nos salários.



Reação da categoria

A proposta de reajuste zero foi a gota d'água para desencadear a reação dos bancários. No sábado (22 de agosto), um dia após os bancos apresentarem a vergonhosa proposta de ajuste zero, a categoria realizou carreatas em várias cidades do país, além de manifestações e outros atos de protestos.

As negociações prosseguiram pelo fim de semana. Primeiro, a Fenaban recuou em sua proposta de acabar com a 13ª cesta. Uma nova proposta de PLR ainda mantinha perdas para a categoria, embora menores. O Comando Nacional dos Bancários convocou a categoria a realizar assembleias e plenárias em todos os sindicatos para mobilizar os trabalhadores e organizar atos de protesto para pressionar a Fenaban a atender às reivindicações.



Fenaban recua

Após a reação da categoria, no dia 26 de agosto os bancos recuaram. Desistiram de mexer na regra da PLR e ficou mantida a parcela adicional, que é de 2,2% do lucro líquido sem alterar a regra. Porém, os representantes dos bancos insistiram no reajuste zero para 2020.

A Fenaban recuou uma segunda vez e apresentou uma nova proposta ao Comando Nacional dos Bancários no dia 28.

Para 2020, ficou estabelecido um reajuste salarial de 1,5%, mais um abono de R\$ 2 mil. Verbas como vale refeição, vale alimentação, auxílio 13ª cesta alimentação, auxílio creche, auxílio babá e outros foram corrigidos pela inflação (INPC). Na PLR, os valores foram corrigidos este ano pela variação da inflação pelo INPC.

Para 2021, haverá reajuste integral da inflação (INPC) e ganho real de 0,5%, tanto nos salários, quanto na PLR e demais direitos econômicos estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).



Resultado das negociações

Todos os direitos da Convenção Coletiva de Trabalho foram mantidos.

Reajuste

Proposta inicial: Fenaban propôs reajuste zero.

Proposta final para 2020:

Reajuste de 1,5% para salários + abono de R\$ 2 mil para todos, que garante, em 12 meses, valores acima do que seria obtido apenas com a aplicação do INPC para salários até R\$ 11.202,80, o que representa 79,1% do total de bancários (isso já considerando o pagamento de 13º, férias e FGTS). Reajuste pelo INPC para VR, VA, auxílio creche/babá, valores fixos e tetos da PLR.

Proposta final para 2021:

Reposição da inflação + 0,5% de aumento real para salários e demais verbas, como VA, VR, auxílio-creche, valores fixos e tetos da PLR.

PLR

Como começou:

Fenaban queria redução da PLR em até 48%

Proposta final:

Mantida a regra atual da PLR e corrigidos os valores fixos pela inflação (INPC 2020).



Auxílios

Auxílio creche/babá:

Proposta inicial: reajuste zero

Proposta Final: Aumentou de R\$ 488,61 para R\$ 502,00 (INPC)

Auxílio-alimentação:

Proposta inicial: reajuste zero

Proposta Final: Aumentou de R\$ 636,17 para R\$ 653,52(INPC)

Auxílio-refeição:

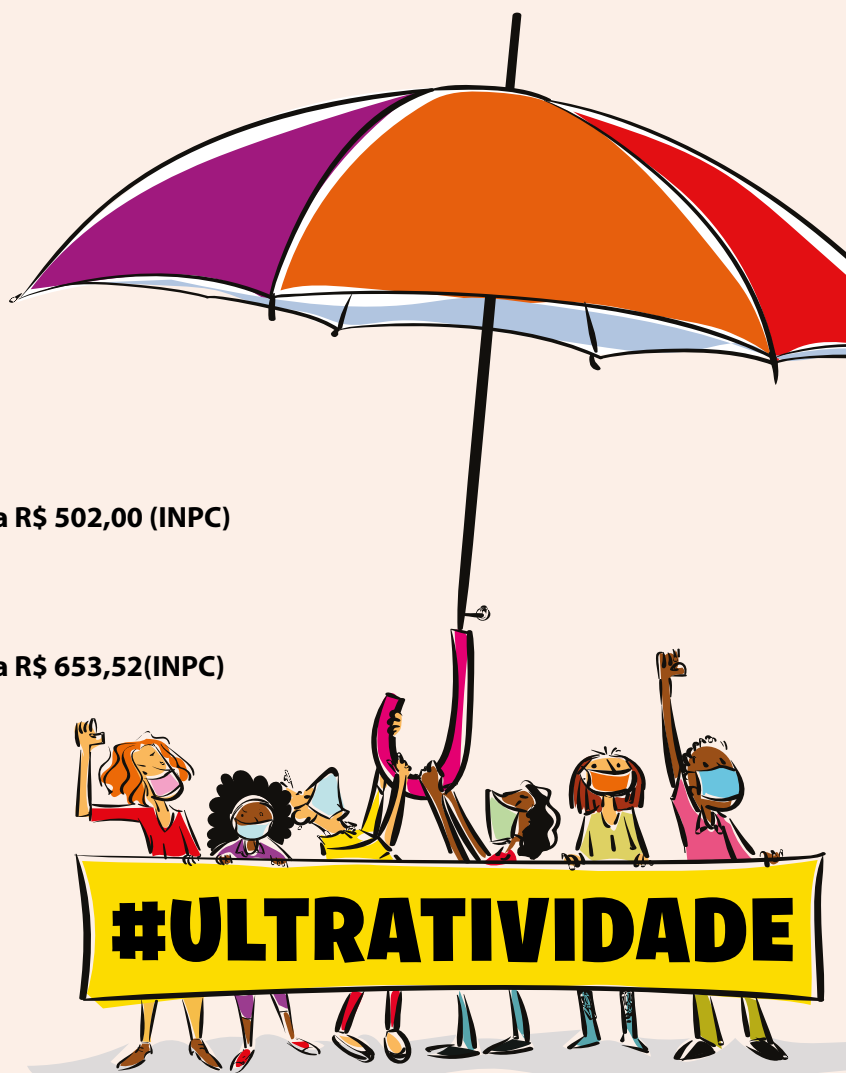
Proposta inicial: reajuste zero

Proposta Final: Aumentou de R\$ 807,40 para R\$ 829,52(INPC)

Cesta de Natal:

Proposta inicial: extinção

Proposta Final: Aumentou de R\$ 636,17 para R\$ 653,52(INPC)



Gratificação de função

Os bancos queriam reduzir o percentual de gratificação de função de 55% para 50% dos salários. Após a negociação foi mantida a gratificação de função sem alterações.



Home office

Todos os direitos previstos na CCT por dois anos também valem para esses trabalhadores que estiverem em teletrabalho. Quem estiver em teletrabalho, permanecerá enquanto a pandemia perdurar.

Não conseguimos evoluir para uma cláusula específica na Convenção sobre os demais pontos que reivindicamos, mas conseguimos compromisso de alguns bancos de negociar o home office com garantia de respeito à jornada; móveis adequados; fornecimento de equipamentos; ajuda de custo etc. Em breve anunciaremos.

Aprovação

Apurados os votos de 89 sindicatos da categoria, que fizeram a votação pelo sistema digital disponibilizado pela Contraf-CUT, a proposta acordada entre o Comando Nacional e a Fenaban obteve aprovação de 93%. As assembleias também apuraram a aprovação dos acordos específicos firmados na negociação com os bancos públicos. Funcionários do Banco do Brasil registraram índice de 83,68% de aprovação. Na Caixa Econômica Federal, a aprovação foi de 70,82%; no BNB, de 88,86% e no Banrisul, de 94,44%.

Negociações nos Bancos públicos



Os Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs) firmados com as direções do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, do Banco do Nordeste do Brasil, do Banco da Amazônia, do Banco do Pará e do BNDES foram uma vitória em um momento em que o governo federal impõe reajuste zero de salários e a perda de direitos conquistados pelos trabalhadores das empresas estatais.

Caixa

O ACT dos empregados da Caixa garante, pelos próximos dois anos, todos os direitos do ACT anterior. Entre outros pontos, foi mantida a PLR Social, mesmo com a trava imposta pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), assim como o Saúde Caixa Para Todos, quebrando a regra do teto de 6,5%, que havia sido inserida no estatuto da Caixa em 2017, e mantendo o modelo de custeio baseado no pacto intergeracional, mutualismo e solidariedade.

Banco do Brasil

A representação dos funcionários conseguiu evitar a redução do percentual de 4% para 2% do lucro líquido distribuído no programa próprio de PLR. A redução causaria uma perda de 47% no valor a ser recebido pelos funcionários. Também conseguiu evitar a redução de três para apenas um ciclo avaliatório do Programa de Gestão de Desempenho (GDP). A mudança facilitaria o descomissionamento. Todos os direitos da Convenção Coletiva de Trabalho e do Acordo Coletivo de Trabalho foram mantidos.

Demais bancos públicos

Numa conjuntura de ataques aos direitos dos trabalhadores e tentativa de desqualificação do funcionalismo, as negociações também foram duras nos bancos do Nordeste, do Pará, da Amazônia e nos demais bancos públicos. Para se ter uma ideia, no BNDES, o acordo só foi aprovado no dia 11 de dezembro, depois de intermediação do TST nas negociações. Mas, ao final das negociações, os direitos estabelecidos na CCT e nos ACTs foram mantidos.

Todos ganham

Os valores referentes aos reajustes de salários, vales e da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) darão uma injeção de R\$ 8.098.464.934,10 na economia, de acordo com levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Somente a PLR dará um incremento de R\$ 6.211.796.397,21 na economia. O reajuste salarial, incluindo o abono, vai implicar na injeção de outros R\$ 757.064.915,60.

Com isso, o acordo dos bancários vai ajudar toda a economia brasileira. Restaurantes, lanchonetes e supermercados de todo o país terão um alívio com a injeção de outros R\$ 223.047.621,29, referentes ao reajuste dos vales refeição e alimentação.

“Quando o trabalhador ganha, toda a sociedade ganha. Com esses valores, os bancários vão consumir, vão reformar suas casas, vão pagar suas dívidas, o comércio vai vender. Ganha a economia e ganha o governo, que arrecada mais, quando a economia gira”, afirmou a presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira.



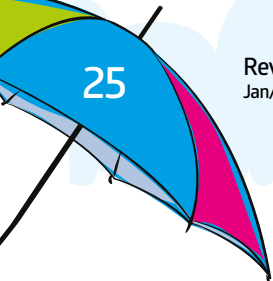


A força da unidade

Em meio à pandemia e à crise econômica, algumas categorias tiveram perdas nesse segundo semestre de 2020, em suas campanhas salariais.

A categoria bancária mostrou sua força na unidade. Soube criar novas formas de organização, com massivas assembleias virtuais. Quando a negociação atravessava momentos críticos, soube também se mobilizar, indo às ruas em carreatas, concentrações nas portas das agências e mesmo com tuitos, que registraram a força das bancárias e bancários de todo o Brasil.

A manutenção dos direitos e a defesa de nossos salários é um resultado positivo. Mais uma vez, a categoria bancária mostrou sua força, por meio da mesa única de negociações, com bancos públicos e privados, que é uma característica marcante da categoria e exemplifica a unidade.



Revista dos **Bancários**

Juvandia Moreira Leite (Bradesco/SP)
Presidenta

Vinícius de Assumpção Silva (Bradesco/RJ)
Vice-presidente

Gustavo Machado Tabatinga Junior (Banco do Brasil/CE)
Secretaria Geral

Luiz César de Freitas – Alemão (Santander/SP)
Secretaria de Finanças

Gerson Carlos Pereira (Bradesco/SP)
Secretaria de Comunicação

Jeferson Gustavo Pinheiro Meira (Banco do Brasil/DF)
Secretaria de Relações do Trabalho

Lourival Rodrigues da Silva (Bradesco/SP)
Secretaria de Assuntos Jurídicos

Rosalina Amorim (Banco do Brasil/PA)
Secretaria de Políticas Sociais

Mario Luiz Raia (Santander/SP)
Secretaria de Estudos Socioeconômicos

Fabiana Uehara Proscholdt (Caixa/DF)
Secretaria de Cultura

Elaine Cutis (Bradesco/SP)
Secretaria da Mulher

Roberto von der Osten (Itaú/PR)
Secretaria de Relações Internacionais

Carlindo Dias de Oliveira (Bradesco/MG)
Secretaria de Organização e Políticas Sindicais

Mauro Salles Machado (Santander/RS)
Secretaria de Saúde do Trabalhador

Walcir Previtalo Bruno (Bradesco/SP)
Secretaria de Formação

Fernanda Lopes de Oliveira (Banco do Brasil/SP)
Secretaria da Juventude

Almir Costa de Aguiar (Bradesco/RJ)
Secretaria de Combate ao Racismo



Publicação de responsabilidade da Contraf/CUT

Rua Líbero Badaró, 158, 1º andar,
Centro - São Paulo, SP - CEP: 01008-000

Fone: (11) 3107-2767

Secretaria de Comunicação

Gerson Carlos Pereira (Bradesco/SP)

Redação e revisão: Walter Venturini, Paulo Flores e Rodrigo Zevikovas

Ilustrações: Alexandre Rolim e Vicente Mendonça.

Diagramação: Guilherme Hilário

Tiragem: edição eletrônica

www.contrafcut.com.br

contrafcut@contrafcut.org.br



NA LUTA COM VOCÊ

GARANTIR E PROTEGER